

Economia. GUERRA PELA ÁGUA

EXPLODE O NÚMERO DE CRIMES AMBIENTAIS

Foram 620 ocorrências em 2015, aumento de 418% em relação a 2014



Rio Santa Joana foi envenenado em 2015. "Mas já tinha morrido há tempos", diz Vicente

REPORTAGEM

✎ **PATRIK CAMPOREZ**
pmacao@redgazeta.com.br

FOTOGRAFIA

✎ **MARCELO PREST**
mprest@redgazeta.com.br

Manhã de quarta-feira, 28 de outubro de 2015, Noroeste do Espírito Santo. Sob acusação de apropriação indevida da água, 18 produtores rurais de Águia Branca, Colatina e Barra de São Francisco têm seus nomes incluídos pela primeira vez numa ficha policial. É uma operação de rotina da Polícia Militar Ambiental (PMA), mas que mostra que, em todo o campo de batalhas hídricas capixaba, a falta de regras para regular a exploração dos mananciais tem promovido uma explosão de crimes ligados à água. Só a PMA registrou 620 ocorrências em 2015, um aumento de 418% em relação a 2014 – quando 148 pessoas foram autuadas.

Nos últimos três meses, A GAZETA mergulhou numa investigação para mostrar como a briga por rios e nascentes tem deixado profundas cicatrizes nas regiões urbanas e rurais do Estado. Apesar da Política Nacional de Recursos Hídricos garantir, em seu artigo 1º, que “a água é um bem de domínio público”, a reportagem flagrou um festival de barragens, poços e desvios de rios ilegais sendo construídos em plena luz do dia.

Muitos desses crimes colocam em confronto famílias e comunidades inteiras. De acordo com dados da Pastoral da Terra, que monitora de forma permanente os conflitos do campo em todo o país, cerca de mil famílias foram

vítimas de briga por água no Estado, entre 2010 e 2014. A maior parte dos conflitos envolveu a destruição de rios e nascentes provocada por grandes propriedades de terra e plantas industriais. A entidade mapeou 17 situações de conflito em cinco anos, nas quais, muitas vezes, a maior arma de defesa das comunidades foram manifestações, com protestos e barricadas. Apenas em 2014, último ano em que o levantamento foi feito, 441 famílias entraram em confronto nos municípios de Conceição da Barra, Linhares e São Mateus.

Segundo dados da Polícia Ambiental levantados pela reportagem, em 12 meses, a construção de 382 poços e 150 barragens foram parar na Justiça. Quando o curso dos córregos e rios é interrompido, as propriedades seguintes ficam desabastecidas, já que a água represada deixa de correr. É aí que mora a maior parte das brigas, ameaças e sabotagens. A construção de uma dessas barragens resultou na morte de um produtor rural no interior de Nova Venécia, em outubro de 2015. Como não há uma política que estabeleça a quantidade de água que os agricultores podem retirar, cada palmo dos mananciais é disputado com truculência.

Em Itaguaçu, onde 32 situações de disputa foram registradas em 2015, a Polícia Civil investiga se o Rio Santa Joana foi envenenado de forma intencional. Em dezembro do ano passado, os 7 mil habitantes da cidade ficaram sem água nas torneiras por 8 dias, depois que peixes apareceram mortos e uma análise encontrou

FLAGRANTES DA REPORTAGEM



Máquina escava poço dentro de curso d'água, em Pinheiros



Poço escavado recentemente no interior de São Gabriel da Palha



Corte de árvores na bacia hidrográfica do Rio Cricaré



Superbomba retira água do Rio Itauninhas, em Pinheiros

veneno na água. Uma das hipóteses é de crime de retaliação, já que, dias antes da contaminação, o uso do manancial para irrigação foi suspenso. “Gerou na cidade um entristecimento e uma revolta nas pessoas. Tivemos que pegar água em caminhões-pipa nos municípios vizinhos para entregar de porta em porta na casa das pessoas. Se foi proposital, é o fim dos tempos”, afirma o prefeito Darly Dettmann.

Passados mais de três meses da contaminação, as comunidades e vilas que margeiam o Santa Joana continuam reclamando que os peixes sumiram. “Ficou sem vida”, lamenta o tímido produtor aposentado, Vicente Dias dos Santos, de 75 anos. “Na última estiagem, o rio ficou quatro meses seco, só na areia”, completa ele, que mora num pequeno vilarejo localizado entre os municípios de Colatina e Itaguaçu.

“Quando passa uns dias sem chover, as irrigações secam toda a água e dá para andar de moto dentro. O coração chega doer”, diz Vicente.

O chefe do executivo em Itaguaçu admite que o volume de água disponível nos mananciais não é suficiente para abastecer o setor agrícola o ano inteiro. Por isso, Darly mandou construir 10 barragens, em 2015, e deu início à construção de mais 100 barragens, neste ano, para atender aos produtores rurais. “Quando começa a faltar água, o conflito é muito acentuado entre campo e cidade, porque temos que priorizar o consumo humano e proibir a captação agrícola. Por isso, precisamos ter reservas para os períodos de seca”, defende.

DESESPERO PARA GARANTIR A SOBREVIVÊNCIA

Escassez prejudica os mais pobres

▄ Nos vilarejos, propriedades rurais e comunidades do interior do Espírito Santo é difícil encontrar uma faixa de terra que não tenha sido revirada em busca de água. Até mesmo técnicas de perfuração de poços de petróleo já são usadas para encontrar o líquido precioso em localidades remotas, nos remetendo a imagens de filmes de ficção científica. No desespero para pegar a maior porção possível de água, 30 mil poços clandestinos já foram escavados, quatro mil deles somente nos últimos dois anos. Outros seis mil poços artesianos – que retiram o recurso diretamente do subsolo – também foram perfurados sem licença. A estimativa é do MPES

Para a promotora de Justiça Isabela de Deus Cordeiro, existe uma “clara omissão dos entes públicos” em relação à gestão dos recursos hídricos, o que levaria os agricultores a atuarem na clandestinidade. Como uma outorga (concessão de uso) leva até quatro anos para sair, restam duas saídas possíveis para o agricultor, e nas duas ele sai penalizado, diz ela: “Se, por medo, abre mão de usar o córrego, fica privado do acesso e não produz. Se ele tenta resolver o problema do jeito dele, sem estar amparado pelos acessos administrativos, fica sujeito a uma penalização civil, administrativa e

30.000
POÇOS
ESCAVADOS

sem qualquer licença ambiental revelam o desespero que virou a busca pela água no interior do Espírito Santo. A estimativa é do MPES

6.000
POÇOS
ARTESIANOS

sugam a água do subsolo capixaba sem qualquer tipo de autorização ambiental. Para cada poço regular existem três sem licença, estima a Agerh

até mesmo criminal”, pondera.

Nessa corrida silenciosa para construir cada vez mais buracos, talvez resida a maior evidência de uma “guerra da água” em curso. O agricultor e militante Clovis Conte justifica que o camponês vê a lavoura morrendo, entra em desespero e quer “cercar” a pouca água que resta nos córregos. “Aí começam as disputas. Um quer pegar mais que o outro porque ninguém quer perder o que plantou”, diz Clovis, morador da comunidade de Araras, no interior de São Gabriel da Palha, um dos focos de conflitos já mapeados.

Como não existe um plano para regular o uso do córrego que abastece as propriedades, cada uma das 100 famílias tenta criar suas próprias regras. “Desde agosto não corre água aqui. Para consumo, só se perfurar uns 15 metros. Isso tem gerado muita desunião e briga. Temos caso na região de um vizinho de terra que matou o outro”, diz Conte.

Os conflitos narrados pelo produtor são registrados nos boletins policiais. Só em 2015, a Polícia Militar Ambiental foi chamada 382 vezes para intervir em situações de disputa envolvendo a escavação irregular de poços. As brigas acontecem porque, quando poços ou barragens são construídos no curso hídrico, a água deixa de seguir seu fluxo normal e não chega às demais propriedades ou comunidades. Aos poucos, o ambiente rural passa a registrar conflitos típicos de países onde a água é extremamente escassa, como na Jordânia.

“Hoje, temos que irrigar arroz onde antes tinha brejo e lama. Toda a água de nossos mananciais tem sido usada para irrigar o café e o coco, produtos que são exportados. Daqui a pouco, vamos perfurar 80, 100 metros e não vamos encontrar água para beber”, argumenta, Clovis.

Nos municípios onde a oferta hídrica não tem sido suficiente para atender à crescente demanda, as disputas fazem dos mais pobres as principais vítimas. Os pequenos produtores não conseguem pagar pelas técnicas mais sofisticadas de



“O modelo atual de produção não se sustenta”, diz Clovis



SEM SAÍDA

Edgar mete os braços na terra e cava o mais fundo que pode à procura de água. Todos os dias, liga a bomba de irrigação para puxar um pouco do líquido e molhar as plantas. Na região onde mora, muitas brigas por nascente vão parar na Justiça



perfuração de poços e acabam sujeitos ao que sobra de água. “Aquele que tem dinheiro opta, mesmo na clandestinidade, por dar solução ao seu problema. Aquele que não tem, fica resignado, evidenciando as desigualdades sociais. Mas em algum momento essas situações vão conflitar, porque todo mundo precisa da água”, reforça Isabela de Deus.

Desde os anos 2000, a Agência Nacional de Águas (ANA) monitora conflitos no Espírito Santo. De 2013 para cá, com a intensificação dos períodos de estiagem, as brigas se alastraram com mais força. A maior parte das denúncias feitas à polícia partem de pessoas que são prejudicadas pelas barragens ou poços irregulares. “Em várias ligações, os denunciante informam que tentaram pedir aos vizinhos rio acima que não bloqueassem o fluxo de água, e não foram atendidos, o que promove um clima de acirramento em várias comunidades rurais”, diz a polícia.

Cruzando dados oficiais e depoimentos de autoridades ligadas ao Meio Ambiente, A GAZETA percorreu 2 mil quilômetros e chegou aos principais focos de tensão. Nessas áreas em disputa, a água virou o grande objeto de desejo. “Água é ouro. Tenho terra para molhar mas falta água. Então, não dá para produzir. Tenho financiamentos a pagar, mas, você sabe, o banco não perdoa”, lamenta Edgar Ferreira Costa, 42 anos. Morador do interior de Boa Esperança, uma das regiões mais castigadas pelas secas recentes, o produtor conseguiu, com muito custo, trazer uma máquina da prefeitura em sua propriedade. Escavou um pequeno poço, de 3 metros de profundidade e menos de 5 metros de largura. Uma bomba de irrigação foi instalada no local, mas não impediu que as flores do café secassem nos pés. “Sem ter como irrigar, morreu quase tudo”, conta Edgar, que agora cava com as próprias mãos, na expectativa de que brote um pouco mais de água do solo.

Esposa do produtor, Zilma Rodrigues Costa, de 33 anos, que além de dona de casa assume o papel de militante das causas da comunidade, diz que falta água até para beber. “Se eu ligar a bomba, em meia hora acaba tudo. Tem vezes que a gente passa a semana toda sem sequer poder lavar roupa e, para beber, tem que procurar os vizinhos”.

SUPERBOMBA

Capta água de um desvio feito no Rio Preto, um dos principais pontos turísticos do balneário de Guriri, em São Mateus, no extremo Norte. Como o manancial tem passado a maior parte dos meses do ano sem correr, o turismo e o lazer deixaram de existir nas comunidades ribeirinhas



Rio Preto fica a maior parte do ano seco, por causa de desvios e irrigações, diz Walter ao lado do filho

SUPERBOMBAS SUGAM RIOS, ACABAM COM PESCA E TURISMO

◀ Quem costuma passar a temporada de verão no balneário de Guriri, em São Mateus, já percebeu que um dos principais pontos turísticos do município, o Rio Preto, simplesmente desapareceu. E a culpa não é da seca. Há mais de dez anos, moradores ribeirinhos e pescadores têm denunciado que a água está sendo sugada por indústrias e fazendeiros da região.

“Se acham donos da água, que é um bem de todos, por isso o rio tem ficado a maior parte do ano sem uma gota. As barragens e desvios impedem que a água corra. Já fizemos reuniões com vários órgãos, mas ninguém olha pela gente”, desabafa Walter Gomes dos Santos, ribeirinho de 68 anos, que há anos tem lutado em defesa do rio.

Situação parecida tem acontecido no São José, Itauninhas e Cricaré, todos no Norte do Espírito Santo. O uso sem controle na irrigação traz consequências gra-

ves principalmente para pescadores, ribeirinhos, pequenos produtores rurais e comunidades que vivem de turismo. Algumas superbombas trabalham 24 horas, de domingo a domingo, sugando até 3 milhões de litros por dia dos mananciais. Somente o Ministério Público já mandou lacrar, nesses três rios, mais de 70 pontos de captação por meio de bombas, o que tem ajudado a controlar a vazão.



As barragens acabaram com nosso ponto turístico e com a autoestima do nosso lugar”

WALTER GOMES, 68 ANOS
MORA ÀS MARGENS DO RIO PRETO

Outras 28 bombas foram apreendidas em situação irregular, somente em outubro de 2015, pela Polícia Militar Ambiental. O conflito, nesses casos, põe em confronto o agronegócio, turismo e populações usuárias dos mananciais. Esse tipo de embate, apesar de constante na maior parte dos rios e córregos do Espírito Santo, ainda não tem merecido total atenção das autoridades, como queixam-se os ribeirinhos.

O próprio presidente do Fórum Capixaba de Comitês das Bacias, Élio de Castro, admite isso. “Quando a atividade agrícola é maior na parte alta no rio, há casos em que a vazão reduz muito, pois a irrigação suga toda a água. “Falta ‘perna’ para monitorar e controlar”, afirma. No caso do Rio Preto, os moradores contam que o leito tinha mais de dois metros de profundidade. “Fomos criados dentro do rio e agora ele está desse jeito, morto”, completa seu Walter, ao lado do filho.



AMANHÃ

Sertão Capixaba
24 municípios passam por processo de desertificação

NA WEB

gazetaonline.com.br

Burros e carroças
são usados para abastecer casas no Norte do Estado